



Fórum dasemana

Julgamentos devem voltar a todos os concelhos?

Depois de o anterior Governo ter encerrado 47 tribunais espalhados pelo País (20 fecharam e 27 passaram a ser secções de proximidade), o Executivo socialista recém empossado quer agora “desfazer” o mapa judiciário em vigor há dois anos e devolver às populações a possibilidade de realização de julgamentos nos 308 municípios portugueses. De acordo com o *Diário de Notícias*, a intenção consta do programa de Governo, que foi discutido ontem na Assembleia da República. O Governo liderado por António Costa pretende assim “a correcção dos

Que comentários lhe merece este assunto?

erros do mapa judiciário”, numa lógica de “valorização do interior e de diálogo com os municípios, assegurando designadamente a realização em cada concelho de julgamentos que respeitem aos cidadãos desse mesmo concelho”. O programa do Governo para a área da Justiça prevê ainda a criação de um novo órgão de gestão dos tribunais, o Conselho de Concertação para o Sistema Judicial, que terá de ser compatível com os conselhos de gestão das comarcas existentes e com os conselhos superiores de magistratura.



Bruno Lemos, empresário

Enquanto empresário, vejo a aproximação dos tribunais às empresas e aos cidadãos de forma positiva. Ter a possibilidade de recorrer a um tribunal mais perto da empresa facilita a vida aos empresários. Enquanto cidadão também estou de acordo. Parece-me correcta a lógica de valorização das pequenas cidades, em vez de se concentrar tudo nas grandes comarcas.



Maria José Costeira, presidente da Associação Sindical de Juizes

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses vem apontando situações concretas que não foram devidamente pensadas e que devem ser revistas. Não quer isto dizer que defendamos uma nova reforma ou uma alteração profunda do que foi feito. As reformas na área da Justiça não podem acontecer de dois em dois anos. Podemos apontar no Tribunal de Leiria alguns erros que devem ser corrigidos, tais como a criação de uma 2.ª secção central criminal a instalar nas Caldas da Rainha e a inexistência de uma secção central de família e menores em Leiria. O trabalho que há a fazer deve ser norteado por critérios de razoabilidade, tendo em mente o direito constitucional de todos os cidadãos de acesso à Justiça.



Paulo Vicente, presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande

Consideramos imprescindível que a realização da Justiça seja o mais próxima possível dos cidadãos, por essa ser a única forma de garantir a sua percepção e de contribuir efectivamente para a paz social. Todas as medidas que possam ser tomadas no sentido apontado são adequadas e necessárias e valorizam as funções do Estado, cuja existência aliás se funda nos seus cidadãos. Julgamos igualmente essencial que, em simultâneo com a proximidade aos cidadãos, seja devidamente priorizada a tomada de decisões contemporâneas aos factos que lhes estão subjacentes e a própria eficácia dessas decisões.



Mapril Bernardes, presidente da delegação de Leiria da Ordem dos Advogados

Desde sempre nos manifestámos contra a alteração do Mapa Judiciário, que foi feita à revelia dos interesses dos cidadãos. Saudamos o propósito do novo Governo, mas ficamos na expectativa quanto ao alcance das alterações a levar a cabo. Entendemos que é fundamental devolver a proximidade da Justiça aos cidadãos, mas para que o acesso à Justiça seja efectivo, é fundamental alterar também o regime das custas processuais, que são escandalosamente caras e impedem muitos cidadãos do verdadeiro exercício dos seus direitos, constitucionalmente consagrados. Esperemos que as alterações sejam breves, mormente no que se refere aos processos de família e menores, que tantos transtornos têm vindo a causar às populações. Quanto aos órgãos de gestão, esperemos que reconheçam a importância da participação dos advogados no Conselho de Gestão.



Pedro Gomes Monteiro, advogado

A reforma do mapa judiciário foi levada a cabo pela anterior ministra, de modo isolado, desacompanhada de todos os demais intervenientes na área. Existem inúmeros erros a corrigir, entre eles os supra mencionados. A solução só poderá sair de um amplo debate que permita identificar os problemas concretos, e encontrar soluções viáveis. A criação de um novo órgão, se desacompanhada de meios que lhe permitam funcionar em pleno, pode vir a ser mais nociva que benéfica, mas se bem orientada poderá contribuir para resolver muitos dos problemas actualmente existentes.



Augusto Neves, vice-presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais

Essa é a posição que o Sindicato vem defendendo. Aquilo que o governo [do ex-primeiro-ministro Pedro Passos Coelho] entendeu como grandes medidas de especialização, mais não fez do que afastar os cidadãos do sistema judiciário. Aliás, Leiria é um exemplo disso. É uma medida positiva. Os cidadãos precisam de ter um sistema de Justiça próximo e com este mapa [em vigor] ficam impossibilitados de o fazer. Houve transferências de processos, concentrando-os em alguns locais, que estão completamente atulhados. Temos situações em algumas secretarias de processos que ao fim de um ano continuam sem ser mexidos porque não há recursos humanos capazes de o fazer. Não pretendemos revogar a reforma [do sistema judiciário], mas defendemos que seja aperfeiçoada, com pequenos ajustamentos.